

Anexo IV - IV___Portarias_e_DTM.s.7z

Processo SEI nº 139.00050448/2024-58

Portaria SUP/DER-074-08/08/2024

Aprova o Manual de Manutenção Rodoviária, conforme especifica. (1.11)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, de conformidade com o disposto nos incisos I e VI do artigo 18 do Regulamento Básico do DER, aprovado pelo [Decreto nº 26.673](#), de 28/01/1987, resolve:

Artigo 1º - Fica aprovado o Manual de Manutenção Rodoviária conforme descrição abaixo:

SISTEMA DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (SMR)

Artigo 2º - O Manual de Manutenção Rodoviária de que trata esta portaria, acha-se disponibilizado no site do DER <https://www.der.sp.gov.br/WebSite/Documentos/DocumentosDER.aspx>.

Artigo 3º - Torna insubsistentes e, conseqüentemente, revogadas as normas aprovadas pela Superintendência constantes do MANUAL DE CONSERVAÇÃO e SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA CONSERVAÇÃO (SAC) consolidado na Edição de 1995.

Artigo 4º - A Diretoria de Operações (DO) será a responsável pelas atualizações das Normas aprovadas por esta portaria.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Departamento de Estradas de Rodagem, aos oito dias do mês de agosto de 2024.

SERGIO HENRIQUE CODELO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DO DER

Anexo(s) da Portaria:

[Manual de Manutenção](#)

DERSP-EXP-2023/01798

DTM-SUP/DER-004-16/03/2023

Oficializa o uso do Manual de
Identidade Visual do DER. (1.6)

CHEFE DE GABINETE, DIRETORES DE DEPARTAMENTO,
COORDENADORES DE ÁREAS DE TRABALHO, DIRETORES DE DIVISÃO E
ASSESSORIAS, E DIRETORA DO SERVIÇO DE AUDITORIA E
PROCURADORA DE AUTARQUIA CHEFE:

O Superintendente do Departamento de Estradas de
Rodagem, no uso de suas atribuições,

Considerando a criação da nova logomarca e a
padronização do seu uso no Departamento,

DETERMINA:

Artigo 1º - Fica oficializado o Manual de Identidade
Visual do DER, elaborado pelo Serviço de Divulgação e Relações Públicas – SDG
- e respectivamente pela Diretoria de Operações - DO, Anexo I e Anexo II partes
integrantes desta DTM.

Artigo 2º - O Manual em referência no artigo anterior
apresenta a nova logomarca do Departamento, as fontes, os símbolos e as cores
a serem priorizadas nos materiais de comunicação, veículos oficiais e
equipamentos rodoviários.

§1º – As definições conceituais, estratégicas e as
regras que estabelecem os critérios para aplicação correta da Autarquia, com
atenção especial para:

- a) Portal DER;
- b) Crachá;
- c) Placa de Obras;
- d) Placa de Inauguração;
- e) Placa de Recepção do DER; e

f) Frota Oficial do DER.

§2º - Fica proibido o uso da logomarca nos impressos oficiais do Departamento e também em veículos não vinculados à frota da Autarquia.

Artigo 3º - Compete ao SDG e, em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação – CIP/DP - o gerenciamento e a implantação nas mídias digitais do Departamento.

§ 1º - É de competência da DO o acompanhamento da instalação e/ou alteração de placa de obra, bem como de placa de inauguração, citadas no §1º do artigo 2º desta DTM.

§ 2º - É de competência da Divisão de Equipamento e Patrimônio - DME/DA – o acompanhamento da instalação e/ou alteração das caracterizações inerentes à frota de veículos e equipamentos rodoviários vinculadas a esta Autarquia conforme citadas no § 1º do artigo 2º desta DTM.

Artigo 4º - A Diretoria de Operação terá um prazo de até 15 (quinze) dias para fazer as adequações necessárias do Anexo II parte integrante desta DTM.

Parágrafo único - O Anexo constante no caput deste artigo, após sua elaboração final, estará disponível na Intranet do Departamento, na aba “Legislação” em “Determinações (DTM)”.

Artigo 5º - Esta DTM entra em vigor nesta data, ficando revogada a DTM-SUP/DER-028-05/11/2021.

SERGIO HENRIQUE CODELO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DO DER

MAD/cmb

Processo SEI nº 139.00011055/2023-48

Portaria SUP/DER-055-18/07/2023

Aprova o Manual de Segurança Viária, o Manual de Sinalização Rodoviária 2023 e a revisão das normas conforme específica. (2.1)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, de conformidade os incisos IV, VI e VII do artigo 18 do Regulamento Básico do DER, aprovado pelo [Decreto nº 26.673](#), de 28/01/1987, bem como o disposto no artigo 21 da [Lei Federal nº 9.503](#), de 23/09/1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, como órgão executivo rodoviário do Estado de São Paulo, resolve:

Artigo 1º - Fica aprovado o Manual de Segurança Viária 2023, constante no Processo SEI nº 139.00011055/2023-48 e disponibilizado no site do DER www.der.sp.gov.br/website/documentos/documentosDER.aspx.

Artigo 2º - Fica aprovado o Manual de Sinalização 2023, Volume I – Projeto, Volume II – Confecção dos Sinais e Volume III – Obras, Serviços de Conservação e Emergência, constantes no Processo SEI nº 139.00011055/2023-48 e disponibilizados no site do DER www.der.sp.gov.br/website/documentos/documentosDER.aspx.

Artigo 3º - Fica aprovada a revisão das Normas de Especificações Técnicas - ETs, Instruções de Projeto – IPs e Projetos Padrão – PPs, constantes no Processo SEI nº 139.00011055/2023-48 e disponibilizados no site do DER www.der.sp.gov.br/website/documentos/documentosDER.aspx.

Artigo 4º - Torna insubsistentes e, consequentemente, revogadas as normas aprovadas pela Superintendência constantes dos Autos nº 142.792/1972 – 1º ao 4º Provisório, referentes às diversas Seções do Manual de Sinalização, bem como sua revisão consolidada na Edição de 1993.

Artigo 5º - A Diretoria de Engenharia – DE – será a responsável pelas atualizações das Normas aprovadas por esta portaria, bem como alimentar o site do Departamento.

Artigo 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, aos dezoito dias do mês de julho de 2023.

SERGIO HENRIQUE CODELO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DO DER

MAD/amgl

Publicada no DOE 19/07/2023



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO SECRETÁRIO

PUBLICADA NO DOE DE 12-06-2018 SEÇÃO I PÁG. 47

RESOLUÇÃO SMA Nº 70, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de intervenções destinadas à conservação e melhorias de rodovias, e sobre o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR e o Plano de Ação de Emergência - PAE para transporte de produtos perigosos em rodovias.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 2º, §2º, da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA,

RESOLVE:

Artigo 1º - Para fins desta Resolução, são adotadas as seguintes definições, para os atos administrativos e procedimentos adotados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB:

I - Faixa de domínio: área sobre a qual se assenta uma estrada ou rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada ou rodovia dos imóveis marginais.

II - Consulta prévia: requerimento encaminhado à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB solicitando orientação quanto à necessidade de licenciamento ambiental, ou sobre os procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de um empreendimento, acompanhado de informações que caracterizem seu porte, sua localização, e os potenciais impactos esperados para a sua implantação e operação.

III - Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. Tal procedimento prevê a emissão dos seguintes atos administrativos: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO;

IV - Autorização: ato administrativo pelo qual a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB permite a supressão de vegetação nativa, o corte de árvores nativas isoladas e a intervenção em área de preservação permanente – APP;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

V - Alvará de licença metropolitana: ato administrativo pelo qual a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, permite a implantação de usos, obras ou atividades inseridas em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM e Áreas de Proteção de Mananciais - APM.

Artigo 2º - Nos limites da faixa de domínio de rodovias que se encontrem em operação, não depende de licenciamento ambiental:

I - estabilização de taludes de corte e saias de aterro;

II - limpeza e reparo de sistemas de drenagem, bueiros, canais e corta-rios;

III - sinalização horizontal e vertical;

IV - implantação de cercas, aceiros e defensas metálicas, entre outros tipos de barreiras de segurança viária, desde que não caracterizem barreira física à fauna silvestre, quando implantadas no entrepistas;

V - recapeamento;

VI - pavimentação e implantação de acostamento, desde que não haja necessidade de relocação de população;

VII - reparos em obras de arte;

VIII - implantação de uma faixa adicional contígua às faixas existentes e de obras de arte associadas, de faixas de aceleração e desaceleração, e acessos;

IX - obras para melhoria geométricas, implantação de praças de pedágio, implantação de redes de fibra óptica, serviços de atendimento aos usuários, Postos Gerais de Fiscalização - PGF, balanças, passarelas de pedestres, áreas de descanso, paradas de ônibus, unidades da Polícia Rodoviária e pátios de apreensão de veículos.

Artigo 3º - Devem ser objeto de licenciamento ambiental conduzido pela Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, as atividades e obras previstas no artigo 2º que:

I - Impliquem em supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

II - Impliquem em relocação de população;

III - Estejam contempladas nos incisos VI, VII, VIII e IX, e que impliquem em intervenção em Unidade de Conservação de Proteção Integral, definida pela Lei Federal nº 9.985, de 20 de julho de 2000.

Parágrafo único - Devem ser objeto de Consulta prévia na Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, sobre a necessidade de licenciamento ambiental as atividades e obras previstas no artigo 2º, contempladas nos incisos VI, VII, VIII e IX, que:



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

a) impliquem em intervenção em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, ou em Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação, definidas pela Lei Federal nº 9.985, de 20 de julho de 2000;

b) impliquem em supressão de vegetação nativa secundária em estágio médio de regeneração.

Artigo 4º - Devem ser objeto de Autorização emitida pela Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, as atividades e obras que se enquadram no artigo 2º, que não dependem de licenciamento ambiental e impliquem em supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração.

§1º - Prescindem de Autorização as atividades e obras que se enquadram no artigo 2º, que não dependem de licenciamento ambiental e impliquem em:

I - corte de indivíduos arbóreos nativos isolados.

II - Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP desprovida de vegetação nativa, coberta por vegetação nativa secundária em estágio pioneiro ou com a ocorrência de indivíduos arbóreos nativos isolados.

§2º - Nos casos que se enquadram no parágrafo 1º deste artigo, não incidirá compensação florestal prevista na legislação vigente.

Artigo 5º - Quando necessárias intervenções emergenciais, que impliquem na remoção de vegetação e intervenção em Área de Preservação Permanente - APP para estabilização, em decorrência de quedas de barreiras ou deslizamento de taludes, o responsável pela rodovia deve notificar imediatamente a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, preferencialmente antes do início das intervenções, sem prejuízo do desenvolvimento dos trabalhos.

Artigo 6º - Devem ser objeto de alvará de licença metropolitana emitido pela Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, as atividades e obras previstas no artigo 2º, contempladas nos incisos VI, VII, VIII e IX, que impliquem em intervenção em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM ou Área de Proteção de Mananciais - APM definidas por lei.

Artigo 7º - As atividades e obras previstas no artigo 2º não estão dispensadas da obtenção de quaisquer outros documentos e manifestações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Artigo 8º - As rodovias em operação devem possuir um Programa de Gerenciamento de Risco - PGR e um Plano de Ação de Emergência - PAE relacionados ao transporte de produtos perigosos aprovados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

Parágrafo único - O Programa de Gerenciamento de Risco - PGR e o Plano de Ação de Emergência - PAE devem ser protocolizados na Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, mediante



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO SECRETÁRIO

prazo definido em solicitação específica, e conforme roteiro a ser disponibilizado pela Companhia.

Artigo 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 81, de 01 de dezembro de 1998.

(Processo CETESB nº 99310/2014)

MAURÍCIO BRUSADIN
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Expediente nº 018623/17/DO/2015

Portaria SUP/DER-018-21/03/2016

Dispõe sobre a utilização da Caderneta de Registro de Ocorrências de Fiscalização, nas condições que especifica (1.11) (2.3) (3.5)

O Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, de conformidade com os incisos I, III, IV, VI, e VII do Artigo 18 do Regulamento Básico do DER, aprovado pelo [Decreto nº 26.673](#), de 28/01/1987,

considerando a importância do registro pelos Engenheiros Fiscais de determinações e providências relevantes para o fiel cumprimento dos respectivos projetos e especificações técnicas pertinentes às obras e os serviços de engenharia contratados pelo Departamento; e

considerando as recomendações do Egrégio Tribunal de Contas do Estado quanto à utilização da Caderneta de Registro de Ocorrências de Fiscalização, resolve:

Artigo 1º - A utilização da atual Caderneta de Ocorrências, ora padronizada através da DTM SUP / DER-004-21/03/2016 sob a denominação de Caderneta de Registro de Ocorrências de Fiscalização será imprescindível para o acompanhamento das obras e serviços de engenharia contratados pelo DER.

Parágrafo único - As Cadernetas atualmente em uso deverão ser encerradas com a observação de sua substituição, de conformidade com o disposto nesta portaria.

Artigo 2º - O subitem 3.3.12 da Instrução de Projeto – IP-DE-AOO/002 – versão C, aprovada pela Portaria [SUP/DER-051-22/06/2007](#), passa a titular-se Caderneta de Registro de Ocorrências de Fiscalização.

Artigo 3º - Quando da elaboração dos Editais de contratos de obras e serviços de engenharia deverá ser observada a necessária abertura da Caderneta de Registro de Ocorrências de Fiscalização, a ser expedida na emissão da primeira Nota de Serviço.

Artigo 4º - O preenchimento de todos os itens da Abertura da Caderneta respeitará as Informações nela contidas, lembrando que eventuais Termos Aditivos ao Contrato deverão ser objeto de registro cronológico identificado pelo número e data, no capítulo II – Anotações do Desenvolvimento da Obra ou Serviço.

Artigo 5º - A Caderneta de que trata esta portaria ficará sob a guarda e responsabilidade da Empresa Contratada, no escritório de fiscalização do canteiro de obra.

Artigo 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Departamento de Estradas de Rodagem, aos vinte e um dias do mês de março de 2016.

ENGº ARMANDO COSTA FERREIRA
SUPERINTENDENTE DO DER

MN/mad
Publicada no DOE 22/03/2016